

A ECONOMIA CATARINENSE E A QUESTÃO ECOLÓGICA(*)

Ivo Marcos Theis(**)

RESUMO

*“O crescimento da economia catarinense, responsável por impactos sócio-ambientais de dimensões ainda pouco conhecidas, tem suscitado uma reflexão crítica sobre “quem” o aspira e “para que”. Contudo, a inadequada exploração dos recursos naturais não vem dando lugar, como se esperava, a alternativas que reduzam os perversos efeitos ecológicos desse crescimento. Embora o debate tenha gerado uma melhor consciência do problema, parece que já é tempo de se formular um **outro** desenvolvimento”.*

1. A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO ECOLÓGICA

1.1. A ASPIRAÇÃO DO CRESCIMENTO: QUEM O QUER E PARA QUE?

Não há evidências de que nas sociedades antigas fosse generalizada a idéia de crescimento. Pelo contrário, aceita-se como verdadeiro que os propósitos das Civilizações pré-cristãs limitavam-se ao desfrute de uma vida digna e sem excessos. A existência de escravos no período durante o qual perdurou a democracia de Péricles, por exemplo, tem um significado que contrasta com o tipo de escravidão prevalescente ao longo da vigência do feudalismo. A liturgia prevalescente ao longo da vigência do feudalismo. A liturgia obrigava os indivíduos com posses, obtidas não da exploração de mão-de-obra escrava mas de heranças, prêmios de guerra e apropriação de patrimônio estrangeiro, a dedicarem parcelas de suas riquezas a satisfação das necessidades dos “pobres”.

(*) Texto preliminar baseado em palestra proferida durante o III ERECO (Encontro Regional dos Estudantes de Economia), em Porto Alegre (RS), aos 16 de abril 1989.

(**) Docente do Dept^o. de Economia da Universidade Regional de Blumenau.

Mesmo ao longo da Idade Média, não é generalizável a aspiração pelo enriquecimento. Comunidades isoladas ainda hoje tem percepção bastante restrita do que implica o crescimento do produto econômico.

Ora, o crescimento é inegavelmente um fenômeno moderno. A famosa obra de Adam Smith, **A Riqueza das Nações**, bem poderia chamar-se de **Crescimento Econômico das Nações**. Foi só na segunda metade do século XVIII, na Europa Ocidental, que surgiram condições propícias para o florescimento da economia. Se, nesta ocasião, não havia muita clareza quanto aos objetivos do crescimento, na medida em que o capitalismo se ia consolidando, ficava perceptível que apenas o capital se beneficia do processo. Hoje, verifica-se que esta tendência histórica do capitalismo se confirmou. O crescimento econômico conduziu a uma descomunal concentração de capital concomitantemente a uma brutal pauperização das massas assalariadas. Assim, constata-se que o crescimento interessa aos que promovem e que condicionam a sua promoção à certeza das vantagens que ele pode propiciar.

1.2. OS EFEITOS DO CRESCIMENTO: CUSTOS SOCIAIS E ECOLÓGICOS

Embora se saiba quem o quer e por o quer, ainda assim o crescimento logra seduzir os que nele vêem um meio para melhorar a qualidade de vida da população carente. Este ponto de vista encontra justificativa no fato óbvio de que um bolo maior pode propiciar fatias maiores a cada indivíduo convidado para o banquete. Contudo, ignora-se que não necessariamente **todas** as fatias aumentam na proporção em que cresce o bolo. Sem embargo, a evidência histórica indica precisamente que o bolo cresce as custas do suor daqueles aos quais sempre são destinados apenas as migalhas.

Fred Hirsch, autor de uma obra que trata das restrições sociais do crescimento econômico, sugere que a meta da redistribuição não está assegurada pela mera aceleração do processo de crescimento. É preciso considerar que "assim como havia, nas épocas de pobreza material, uma tendência para exagerar o que a redistribuição da renda poderia fazer para difundir o que então era a prerrogativa mais procurada dos ricos contemporâneos, seu conforto material, assim também há uma tendência a exagerar o que o crescimento pode fazer para a difusão de novas áreas de privilégios dos ricos, suas prerrogativas posicionais" (1).

Essa corrida interminável para frente, que expressará apenas a **capacidade** de uns poucos permanecerem correndo à frente da maioria afeta obviamente o ambiente no qual se verifica o processo de crescimento. Realmente, "as necessidades econômicas de uma população crescente e da exploração produtiva crescente da natureza defrontam-se com duas importantes limitações materiais: de um lado, o abastecimento de recursos finitos (...); por outro lado, a capacidade de sistema ecológicos insubstituíveis para ab-

server os poluentes ...”(2).

Isto posto, a questão que se coloca é: quais as dimensões dos impactos ambientais suportáveis pelo crescimento capitalista?

1.3. AS DIMENSÕES DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DO CRESCIMENTO

Considerando que o crescimento implica inevitavelmente custos sociais e ecológicos, expressos nos desperdícios e nas degradações ambientais observáveis, em maior ou menor grau, em todas as economias capitalistas, supõe-se que a “questão ecológica” pode ser enfrentada pelo sistema sem que seja ferida sua lógica. Em outros termos, é impossível prever-se a priori os parâmetros dos impactos assimiláveis pelo sistema. Contudo, é certo que “as sociedades capitalistas não podem seguir imperativos de limitação de crescimento sem abandonar seu princípio de organização; uma transferência do crescimento qualitativo, requereria que a produção fosse planejada em termos de valores de uso. O desenvolvimento das forças produtivas não pode entretanto ser desacoplado da produção de valores de troca sem violar a lógica do sistema” (3).

A economia catarinense, objeto desta breve reflexão, mesmo guardadas as suas especificidades, não escapa ao caso geral. Por estar inserida num contexto de subdesenvolvimento e dependência a economia catarinense está sujeita a todas as injeções do crescimento capitalista.

2. A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA CATARINENSE

2.1. SUSTENTAÇÃO AO SISTEMA COLONIAL

Num **primeiro** momento, a economia catarinense propiciou sustentação ao sistema colonial, participando da geração de produtos primários voltados à satisfação das necessidades locais e servindo de território de passagens, por exemplo, para o gado gaúcho.

2.2. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E O PAPEL DA IMIGRAÇÃO

O **segundo** momento correspondente ao período que inicia na metade do século passado e coincide com a implantação das primeiras indústrias em Santa Catarina, convém lembrar que a expansão da atividade entre 1850 e 1900 se deve, em parte considerável, ao processo modernizador patrocinado pela imigração ocorrida no período (4). Contudo, é inegável que Santa Catarina ainda era uma economia predominantemente agrícola no fim do século XIX, estruturada em torno dos centros mais dinâmicos do país (Rio de Janeiro e São Paulo) e da região (Porto Alegre e Curitiba). Não obstante, serão justamente os produtos primários que vão gerar os novos capitais que permitirão à economia catarinense desenvolver-se no princípio do presente século.

2.3. A CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA TRADICIONAL

O **terceiro** momento diz respeito a fase que corresponde ao início da Primeira Guerra Mundial. Neste período, o carvão catarinense adquire tamanho destaque que dará condições ao surgimento de uma indústria carbonífera. Ao longo de toda esta fase, mas principalmente após o término do segundo Conflito Mundial, consolidar-se-iam também as indústrias de alimentos, madeireira e têxtil, em grande parte responsáveis pela expansão do secundário. Cumpre levar em conta o significativo fato de que, com relação ao Produto Interno Bruto do estado nos 40 anos que vão de 1947 e 1986, o crescimento da atividade industrial foi de 40,1%, enquanto o da atividade agropecuária foi de 4,3% e o de serviços de 20,0%. O resultado de tais diferenças no ritmo de expansão de cada setor conduziu a uma profunda alteração na estrutura do PIB de Santa Catarina no período.

PRODUTO INTERNO BRUTO DE SANTA CATARINA - 1947 A 1986

A N O S	P I B P O R S E T O R E S D A A T I V I D A D E (e m %)			
	AGROPEC.	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1947	52,2	13,8	34,0	100,0
1971	20,0	35,3	45,0	100,0
1986	13,2	39,3	47,5	100,0

Fonte: CADASTRO INDUSTRIAL 88/89 DE SC - FIESC.

2.4. ASCENSÃO DA INDÚSTRIA DINÂMICA

O **quarto** momento refere-se à ascensão da "indústria dinâmica". A respeito de permanecerem em evidência as indústrias alimentar, madeireira e têxtil, aos poucos sobretudo a partir do início dos anos sessenta - des-

pontam o ramo metal - mecânico na micro-região de Joinville, o cerâmico no sul e o agroindustrial na Vale do Rio do Peixe. A afirmação destes novos ramos, com cada vez maior destaque na economia catarinense nas três últimas décadas, e a crescente participação dos ramos tradicionais nos mercados nacional e internacional, permitem inferir que a indústria catarinense encontra-se em tal grau dinamizada que não mais se pode sustentar que em Santa Catarina predominam a pequena propriedade e a produção diversificada (5). Com efeito, o advento dos grandes grupos econômicos locais (6) conduziu ao questionamento destas verdades outrora indiscutíveis. Mais: pôs em dúvida também, por óbvias razões, verdades de acordo com as quais em Santa Catarina prevaleciam um tipo de exploração ambiental que não afeta o equilíbrio ecossistêmico e um estilo de consumo de recursos naturais (principalmente energéticos) compatível com a sua escassez.

3. IMPACTOS AMBIENTAIS DO CRESCIMENTO CATARINENSE

3.1. A EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA DOS RECURSOS NATURAIS

São desnecessários maiores esforços para se associar as agressões ao ambiente com o crescimento da economia. Aliás, poder-se-ia até desprezar as numerosas referências à questão para se perceber a obviedade da relação entre ambos. Contudo, é preciso colocar em evidência que as últimas três décadas de crescimento, assentadas na expansão do produto industrial, constituem também o período durante o qual ocorreu o mais desordenado processo de exploração da natureza.

A acelerada industrialização, à qual se pode associar também a rápida urbanização, tem levado à progressiva destruição do riquíssimo patrimônio natural de Santa Catarina, analogamente ao que acontece com o Brasil e com todas as economias capitalistas subdesenvolvidas, periféricas e dependentes. Convém, a propósito, atentar para as constatações feitas pelo prof. Paulo Fernando Lago:

“...o exame das transformações que se observam em Santa Catarina nos leva admitir ser muito provável que o volume de materiais residuais na relação Kg/hab/dia tenha duplicado no espaço de 30 anos...” (7).

3.2. AS RESULTANTES DO PROCESSO PRODUTIVO: POLUIÇÃO, POLUIÇÃO & POLUIÇÃO

São bem conhecidos os impactos provocados pelos processos de urbanização e industrialização bem como a sua gravidade quando estes ocorrem de maneira desordenada. Dentre os mais notórios casos recentemente ocorridos em Santa Catarina, convém lembrar os seguintes:

(I) Poluição do Rio das Pombas pelo Frigorífico Riosulense (Grupo Pamplo-na), no Alto Vale do Itajaí, leva milhares de peixes à morte como consequência do lançamento de toneladas de metros cúbicos de dejetos (urina e excremento animal, produtos químicos e restos de ração) da criação de suínos (8).

(II) Poluição em Barra do Rio dos Índios, em Chapecó, leva 230 famílias a abandonarem suas propriedades em razão da falta de condições sanitárias decorrente do despejo de dejetos industriais e produtos químicos pela Sãdia Concórdia (9).

(III) Poluição nos 130 quilômetros quadrados da Bafa da Babitonga, cujas margens dão para os municípios de Garuva, São Francisco, Araquari e Joinville, no norte do estado, configura uma situação crítica para a localidade, principalmente para a saúde das aproximadamente 500 pessoas que lá vivem, em face do despejo diário de enormes quantidades de cromo total, cianeto, zinco, cobre e níquel no Rio Cachoeira, promovido por cerca de 400 empresas do município de Joinville (10).

(IV) Poluição causada pela unidade de criação de suínos mantida pelo Grupo Eliane leva o Departamento de Saúde Pública a realizar análise físico-química e bacteriológica para verificar os principais efeitos do despejo de fezes de porcos e outros dejetos na água utilizada por cerca de 200 famílias da localidade de Espigão da Pedra, em Araranguá, além da disseminação de moscas, verminose e mau cheiro, e até mesmo a ocorrência de diarreia e hepatite em algumas crianças (11).

Embora se pudesse continuar indefinidamente, os casos acima lembrados permitem constatar que as perversas consequências do crescimento industrial intensificaram-se na medida em que o capital passou a se concentrar em pólos específicos de acumulação. Contudo, se a poluição é um efeito perceptível e palpável, por isso ela não constitui o mais crucial dos problemas.

3.3. O PROBLEMA CRUCIAL: ENERGIA

Santa Catarina, como os demais estados do país, enfrenta uma crise energética. Todavia, os traços conhecidos desta crise não refletem a sua real gravidade. Tem sido dito, a propósito, que a referida crise tende a se agravar na medida em que aumentarem os riscos de suprimento de energia elétrica, principalmente em consequência de uma possível paralisação nas obras de usinas como Itá, situada entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (12).

O que se depreende desta preocupação é que a crise energética de Santa Catarina se reduz a um estrangulamento na oferta de energia elétrica. Trata-se de um ponto de vista equivocado posto que desconsidera opções que contemplem a conservação de energia, a redução do consumo e a adoção de alternativas. Considerando, porém, as pressões do poder econômico, é bem possível que mais recursos públicos sejam utilizados na construção das usinas de Xanxerê (no Rio Chapecozinho) e de Cubatão (no rio Cubatão, em Joinville), e na ampliação da usina de Peri (13).

Para se ter claro o que representa a "crise" energética que a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina atribui à reduzida oferta de energia, ameaçando os catarinenses com um colapso energético a partir de 1992 se não forem liberados os recursos para a construção das referidas usinas, pode-se chegar a conclusões interessantes se se atentar para os seguintes dados:

Em primeiro lugar, se se tomar o ano de 1984, verificar-se-á que os transportes e a indústria são os setores responsáveis pela maior parte do consumo final de energia secundária.

Em segundo lugar, é evidente a participação predominante do transporte rodoviário, no primeiro caso, e dos ramos têxtil e papel e celulose, no segundo.

Em terceiro lugar, embora a eletricidade seja a principal fonte energética do setor residencial – cuja demanda perfaz a terceira maior fatia no consumo final – quase 60% do total é consumido pelo setor industrial.

Em quarto lugar, a maior parte do consumo de óleo diesel e gasolina cabe ao setor transportes, principalmente rodoviário, e a maior parte do consumo de óleo combustível e eletricidade cabe ao setor industrial, principalmente têxtil e papel e celulose (14).

Ora, em face de tais constatações, infere-se que o estilo de desenvolvimento dominante vem transformando radicalmente o perfil de demanda de energia, condicionando a exploração do consumo energético em Santa Catarina. Os processos de acelerada urbanização, rápida industrialização e desenvolvimento prioritário do transporte rodoviário são os responsáveis pela transformação da estrutura de consumo de energia em Santa Catarina – e, de acordo com Emílio L. La Rovere, no Brasil (15).

4. ALTERNATIVAS DE COMBATE AOS IMPACTOS

4.1. "REDUÇÃO" DOS IMPACTOS?

Nesta, como n'outras ocasiões, é preciso considerar as implicações políticas de uma estratégia que objetive enfrentar a questão dos impactos. Identificando no modo capitalista de produção a origem do problema da degradação da natureza, apresentam-se, de um lado, a "reforma", e, de outro, a "revolução". Se bem que em ambos os casos se reconhece a gravidade da questão, no primeiro caso permanece implicitamente preservado o modo capitalista de produção enquanto no segundo o problema é solucionado concomitantemente com a superação do capitalismo.

As referências a "redução" dos impactos demonstram que o que se deseja é apenas corrigir distorções. A evolução recente do capitalismo tem comprovado a capacidade de adaptação das estruturas produtivas às necessidades de preservação da natureza. Embora não tivessem garantido a salvação do planeta nem tampouco ameaçado a sua sobrevivência, as recentes pressões engendradas pelos grupos ecologistas têm no mínimo "incomodado" o capitalismo. É inegável que não teria havido nenhum crescimento significativo na conscientização da coletividade se não tivesse sido desencadeada a luta política empreendida pelos ecologistas.

4.2. O CRESCIMENTO GERA EFEITOS INDESEJÁVEIS (E TAMBÉM FORMAS DE COMBATÊ-LOS)

Não obstante, o capitalismo permanece de pé e a natureza continua sendo impiedosamente devastada. Mais: a despeito de gerar efeitos indesejáveis, o crescimento capitalista tem encontrado inclusive mais um pretexto na questão ambiental para restaurar-se e ressurgir fortalecido. A propósito, com uma surpreendente intensidade, tem surgido em Santa Catarina empresas voltadas para o reflorestamento, a despoluição atmosférica e pluvial, e até mesmo de assessoria ambiental. Parece um processo análogo ao verificado na ocasião em que se deu a "Revolução Keynesiana". Se na década dos trinta o capitalismo foi salvo pela intervenção estatal, na década dos oitenta o capitalismo pode regenerar-se justamente por se adequar às exigências de um planeta cujos recursos são finitos e cuja capacidade de absorver detritos é limitada (16), por oferecer alternativas compatíveis com a sua sobrevivência para combater os efeitos indesejáveis que provoca, por "ecologizar-se", enfim.

4.3. PROPOSTAS DE MANEJO AMBIENTAL: QUAL É O SEU ALCANCE?

No âmbito das Universidades e dos Institutos de Pesquisa tem sido geralmente encontrada maior consciência das possibilidades de enfrentar com êxito os impactos resultantes do crescimento econômico.

Dentre as diversas proposições para enfrentar o problema da degradação da natureza encontra-se a da elaboração e implantação de "Planos de Manejo Ambiental" - Se bem que a pesquisa neste campo ainda esteja engatinhando, são promissoras as perspectivas de progresso, principalmente em

virtude da relevância de que recentemente se revestiu a questão. As eventuais insuficiências tem ocorrido por conta da exigência de interdisciplinaridade. Em outros termos, para que tais iniciativas logrem sucesso, é imprescindível o envolvimento de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento.

Entre as propostas de manejo ambiental conhecidas, uma que tem obtido resultados positivos é a do Projeto Itajaí, levada a efeito por pesquisadores da Universidade Regional de Blumenau. Originalmente concebida para responder aos danos provocados por enchentes, o Projeto Itajaí transcendeu suas metas iniciais – dadas as insuficiências da abordagem meramente técnica – passando a abranger outros aspectos relevantes para encaminhar soluções mais adequadas (17).

Qual é o alcance de tais propostas?

Inquestionavelmente, sem iniciativas como estas não haveria progressos significativos no combate aos impactos decorrentes do crescimento. Contudo, o seu alcance está limitado por seus próprios objetivos, não obstante contribua fundamentalmente para questionar o caráter perverso do processo de crescimento capitalista.

Se iniciativas como esta são factíveis, então outras possibilidades que impliquem uma aproximação dos objetivos acima destacados também se apresentam plausíveis. Não obstante, isto indica a existência de alguma noção acerca de “por onde começar?”

5.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tratar-se de uma situação análoga – isto é, por referir-se aqui como no contexto do qual foi extraído, à salvação convém trazer à superfície a conhecida frase de São João: “No princípio era o Verbo!”

Entretanto, se no início era o verbo, agora já se descortinam algumas perspectivas de ação, as quais estão convergindo – em maior ou menor grau – para o desenvolvimento de “uma sociedade mais descentralizada, organizada em comunidades mais pequenas, capazes de se dirigirem a si próprias e possuindo assim a principal condição de estabilidade. Uma tal descentralização permitirá também reduzir ao mínimo a pressão da população humana sobre o meio-ambiente... É provável que uma tal sociedade possa contentar-se com um consumo de recursos e energia muito inferiores do que os atuais, reduzindo assim a criação de poluentes e dos estragos por eles causados” (23).

NOTAS

(1) Cf. HIRSCH (1979, p. 102)

- (2) Cf. HABERMAS (1980, p. 58)
- (3) Idem, p. 59
- (4) Veja-se a propósito PIAZZA (1983, p. 436)
- (5) Veja-se a propósito THEIS (1988, p. 06)
- (6) Veja-se a propósito VIEIRA (1986)
- (7) Cf. LAGO (1988, p. 345)
- (8) Veja-se a propósito as edições de 11/01/89 (p. 14) e 12/02/89 (p. 14) do Jornal de Santa Catarina.
- (9) Veja-se a propósito a edição de 13/01/89 (p. 03) do Diário Catarinense.
- (10) Veja-se a propósito a edição de 14/01/89 (p. 15 do Jornal de Santa Catarina.
- (11) Veja-se a propósito a edição de 28/02/89 (p. 12) do Jornal de Santa Catarina.
- (12) Veja-se a propósito as edições de 12/08/89 (p. 06) e 21/02/89 (p. 15) do Jornal de Santa Catarina.
- (13) Veja-se a propósito a edição de 03/03/89 (p. 07) do Jornal de Santa Catarina.
- (14) Veja-se a propósito SANTA CATARINA (1985, p. 59).
- (15) Veja-se a propósito LA ROVERE (1985, p. 478)
- (16) Veja-se a propósito WOODWARD (1977).
- (17) Veja-se a propósito FRANK (1988).
- (18) Cf. ELLUL (1987, p. 209).
- (19) Veja-se a propósito SILVA (1987, p. 55)
- (20) Veja-se a propósito SACHS (1986, p. 170).
- (21) Cf. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO-AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1988, p. 213).

(22) Veja-se a propósito BRISTOTI (1989).

(23) Cf. SCHINKE (1986, p. 67).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRISTOTI, Anildo (1989). **Comissões Municipais de Energia e Proteção Ambiental: Modelo Energético do RS para o Ano 2000**. Porto Alegre, Comissão Estadual de Energia (mimeo).

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO-AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1988). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro, FGV.

DIÁRIO CATARINENSE (1989). Florianópolis-SC. vários números.

ELLUL, Jacques (1987). "A Hegemonia do Sistema Técnico contra o Desenvolvimento". **Um Outro Desenvolvimento**. (Org. A. Birou & P. -M. Henry). Trad. Maria Stela Conçalves. São Paulo, Vértice, pp. 198-211.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (1989). **Cadastro Industrial 88/89 de Santa Catarina**. 4 ed. Florianópolis, FIESC.

FRANK, (1988) **Projeto Itajaí**. Blumenau, Universidade Regional de Blumenau-FURB (mimeo).

HABERMAS, Jurgen (1980). **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Trad. V. Chacon Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

HIRSCH, Fred (1979). **Limites Sociais do Crescimento**. Trad Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar.

JORNAL DE SANTA CATARINA (1989). Blumenau-Sc. vários números.

LA ROVERE, Emílio Lebre (1985). "Conservação de Energia em sua Concepção mais Ampla: Estilo de Desenvolvimento a Baixo Perfil de Consumo de Energia". **Economia e Tecnologia da Energia** (Org. E.L. La Rovere et alii). Rio de Janeiro, Marco Zero/FINEP, pp. 474-489.

LAGO, Paulo Fernando (1988). **Gente da Terra Catarinense: Desenvolvimento e educação Ambiental**. Florianópolis, UFSC/FCC/Lunardelli/UDESC.

PIAZZA, Walter F. (1983). **Santa Catarina: Sua História**. Florianópolis, UFSC/Lunardelli.

SACHS, Ignacy (1986). **Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir**. Trad. Eneida Araújo. São Paulo. Vértice.

SANTA CATARINA (1985). **Balanco Energético Consolidado 1980/1984**. Florianópolis, SIC/CEE.

SCHINKE, Gert (1986). **Ecologia Política**. Porto Alegre, Tchê!

SILVA, D.J. (1987). "Institutions and Managing the Enviroment". **Wat. Sci. Tech.** Great Britain, v. 19. n.9, pp. 53-59.

THEIS, Ivo Marcos (1988) - **Demanda de Energia e Exploração do Meio-Ambiente: Breve Exame do "Modelo" Catarinense**. Blumenau, Universidade Regional de Blumenau-FURB (mimeo).

VIEIRA F., Ady (1986). **As Raízes da Industrialização: Grupos Empresariais Catarinense (Original e Evolução)**. Florianópolis, Ed. Autor.

WOORDWARD, Herbert N. (1977). **Capitalismo sem Crescimento**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar.